

ASPECTOS DO CRESCIMENTO E DA DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA (2000-2010)

Gilberto de Miranda Rocha¹

Piera Brenda Coelho Amora²

RESUMO

Este artigo trata, especificamente, sobre o crescimento e a distribuição da população na Amazônia Legal e sobre os padrões de organização do espaço regional. As políticas públicas ligadas à integração nacional têm provocado mudanças no padrão de povoamento regional. Tais mudanças decorrem de fatos, como: a abertura de estradas, a implementação de projetos de colonização oficial e privada, a execução de obras de infraestrutura e o desenvolvimento de projetos de exploração de recursos naturais e de transformação industrial. As migrações, junto com as altas taxas de fecundidade, são essenciais para as alterações relativas ao tamanho, ao ritmo de crescimento e à estrutura da população amazônica. Em 2000, a população regional girava em torno de 21 milhões de habitantes e, em 2010, verificou-se um aumento para 25 milhões de habitantes, expressando ritmos de crescimento e de redistribuição populacional na Amazônia Legal.

Palavras-chave: Amazônia. Demografia. População. Migração.

ASPECTS OF POPULATION GROWTH AND DISTRIBUTION IN THE BRAZILIAN AMAZON (2000-2010)

ABSTRACT: Understanding the process of population growth in the Brazilian Amazon has been justified by the peculiarities of the organizational patterns of regional space. Public policies related to national integration and the opening of roads and projects officer and private colonization as well as infrastructure projects, projects to exploit natural resources and industrial transformation has caused changes in demographic patterns. Migrations along with the high fertility rates are essential for changes in size, growth rate and structure of Amazonian population. In 2000, the regional population was around 21 million in 2010 and had increased to 25 million, before these aspects it is essential to do a demographic analysis on the current pace of population growth and its distribution in the Amazon .

Keywords: Amazon. Demography. Population. Migration.

¹ Geógrafo. Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado pelo Centre de Recherches sur l'Action Locale, Université Paris 13 - Sorbonne Paris Cité. Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Pará. Diretor Adjunto do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA). gilrocha@ufpa.br

² Geógrafa. Especialista em Ordenamento Territorial Urbano e Municipal pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA). Técnica em Geodésia e Cartografia pelo Instituto Federal do Pará (IFPA). pieracoelho@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica populacional da Amazônia Legal, especialmente, a partir de meados da década de 1960, mostrou-se muito intensa, expressão dos efeitos dos investimentos públicos na época do Regime Militar. Tal dinâmica instituiu-se como ponto de partida para o desenvolvimento do projeto de atração populacional, com vistas à ocupação de vastas áreas. Incentivar a colonização pública e a colonização privada, financiar e subsidiar projetos agropecuários, minerais e madeireiros, além de criar uma indispensável infraestrutura de estradas, comunicações e energia, figuravam como objetivos governamentais daquele período.

Nesse sentido, grande parte dos fatores explicativos do comportamento demográfico e seus componentes específicos (como a natalidade, a mortalidade, a migração e outros) baseia-se nas transformações ocorridas nas formas de apropriação e de uso do território. O padrão de povoamento e de ocupação do espaço regional que condicionou o ritmo de crescimento e de distribuição da população regional foi responsável pela atual situação demográfica da Amazônia Legal.

Assim, o presente artigo resulta de uma pesquisa que pretendeu contribuir com a análise da dinâmica populacional regional, relevando aspectos demográficos importantes sobre o ritmo de crescimento e de distribuição da população da Amazônia Legal. A pesquisa elegeu como referência temporal o último período intercensitário compreendido entre os anos de 2000 a 2010.

2. METODOLOGIA

Para desenvolver a pesquisa, considerou-se necessário adotar alguns procedimentos metodológicos. Em primeiro lugar, procedeu-se à realização de pesquisa bibliográfica, com o intuito de discutir a mudança no perfil demográfico da Amazônia Legal. Em segundo lugar, lançou-se mão da utilização dos conhecimentos cartográficos para a elaboração dos mapas. Para a realização dessa atividade, foi necessário coletar dados populacionais no censo de 1991 a 2010. Como o trabalho propõe analisar a taxa de crescimento geométrica no período intercensitário, os mapas foram divididos em dois momentos: um que corresponde à análise censitária de 1991 a 2000 e o outro mais recente, que corresponde ao período de 2000 a 2010.

O programa computacional utilizado durante esse processo foi o ArcGis 9.3. A técnica utilizada foi a de calcular o valor da taxa referente à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos, em geral correspondentes aos censos demográficos. Convém ressaltar que essa taxa é influenciada pela dinâmica da natalidade, da mortalidade e das migrações, constituindo-se como dado preponderante para indicar o ritmo de crescimento populacional.

As estimativas de crescimento da população são realizadas pelo método geométrico. Em termos técnicos, para se obter a taxa de crescimento (r), subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (P_t) e a população existente no começo do período considerado (P_0), multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período.

$$r = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right) - 1 \right] \times 100$$

Esse método geométrico foi aplicado para todos os dados levantados nos municípios que compõem a Amazônia Legal, incluindo todos os municípios do estado do Maranhão.

A partir dos resultados obtidos para os municípios, foi possível inserir essas informações na tabela de atributos do Shape, aplicativo utilizado pelo próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), gerando os mapas utilizando o programa ArcGis 9.3.

3. DINÂMICA POPULACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL: UM QUADRO URBANO!

Analisar o processo de ocupação na Amazônia Legal, em especial a dinâmica da concentração populacional nos grandes aglomerados urbanos, não é tarefa tão fácil, pois diferente do que ocorreu com as demais regiões brasileiras este território possui particularidades ímpares, porquanto o processo de expansão urbana e populacional, nas últimas décadas, ocorreu de forma induzida.

Na Amazônia, ao longo de sua história, as cidades têm exercido papéis importantes na estruturação do espaço regional. Na região, a cidade, além de presidir o funcionamento do mercado - seja como espaço moradia da força de trabalho seja como lugar das atividades econômicas (comércio e serviços) - há a função político-administrativa, pela qual se observa que as cidades têm se constituído em bases logísticas de ocupação e de organização do território. No povoamento do espaço regional, as cidades representaram pontos de lança de ocupação territorial, lugares de ressocialização do migrante e, ao mesmo tempo, como organizadoras do mercado de trabalho regional (Becker et all,1992).

A urbanização recente da região associa-se, desde a segunda metade da década 1960, ao modelo de política econômica do Regime Militar pós 1964. As estratégias de integração territorial à dinâmica central de acumulação econômica tiveram início com a operação Amazônia de 1968, e seus desdobramentos consistiram em uma série de medidas e políticas públicas que induziram a ocupação de vastas áreas, por meio da mudança do padrão de uso e de ocupação do território. Órgãos públicos e agências de desenvolvimento regional, por meio de ações governamentais não somente incentivaram novas formas de ocupação da terras e de regularização do mercado de terras, como também incentivaram a colonização pública e privada, financiaram e subsidiaram grandes projetos agropecuários, minerais e madeireiros e criaram uma indispensável infraestrutura de estradas, comunicações e energia.

Assim, esse processo de ocupação foi responsável por induzir, na região amazônica, uma rápida e intensa mobilização populacional, modificando profundamente padrões tradicionais da relação entre a população e espaço, bem como as formas históricas de ocupação territorial e suas relações e sistemas de propriedade. Rapidamente, várias correntes migratórias distintas adentraram a Amazônia e, em poucos anos, pode-se observar uma série de efeitos no que diz respeito à reestruturação do sistema de povoamento regional como a proliferação dos conflitos fundiários, a expropriação de terras, o êxodo rural dos novos imigrantes e de antigos moradores (ex-seringueiros e ex-colonos) e uma ocupação que elegeu o urbano como espaço aglutinador da força de trabalho migrante, levando a emergência, de forma precoce, de uma fronteira urbana (BECKER,1982). Como pode ser observado, abaixo, na Tabela 1, que ocorre, entre 1950 e 2010, um elevado crescimento populacional.

Tabela 1 População Residente no Brasil e na Região Norte: 1950-2000

Censo	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	51.941.767	70.07.457	83.138.037	119.002.706	146.825.475	169.799.170	190.755.799
Região Norte	1.834.185	2.561.782	3.603.860	6.619.152	10.030.596	12.900.704	15.864.454

O crescimento populacional basicamente induzido pelas migrações alterou de modo significativo não apenas o padrão demográfico regional, mas também a dinâmica e a estrutura urbana daquele espaço territorial. Novas localidades se instalaram ao longo de rodovias abertas na floresta e nas cidades mais antigas, que guardavam como característica principal a circulação fluvial. Em razão disso, essas cidades passaram a contar também com as rodovias, concebidas como meios alternativos de circulação terrestre, com impactos na estrutura interna das cidades. [sua de quem? das cidades ou das próprias rodovias?]

Segundo Trindade Jr. (2000), evidentemente que esse processo não se refere a uma mera alteração nas formas de circulação no espaço regional. Quer-se indicar com isso a instauração de um novo momento da dinâmica econômica regional, cujo marco são as vias rodoviárias, as quais passaram a redefinir não só o espaço regional como um todo, mas também, e principalmente, os espaços urbanos da Amazônia.

Dessa forma, é importante enfatizar que as aludidas modificações na dinâmica socioeconômica e espacial da Amazônia aceleraram também o processo de metropolização, elevando a densidade demográfica e adensando os espaços dos grandes centros urbanos.

O censo de 1970 teve grande importância para compreender a dinâmica da mobilização populacional na Amazônia Legal. Naquele momento, o Brasil vivenciava mudanças políticas e socioeconômicas, e o censo trouxe informações importantes sobre a quantificação de migrantes que ingressaram na Amazônia e sua procedência. A população quantificada confirmava a significância do êxodo rural e a intensidade da urbanização e da metropolização na Amazônia. Ver, a seguir, a Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição da População Urbana e Rural na Região Norte: 1960-2010

Região Norte					
Censo	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1960	2.930.005	1.041.213	36	1.888.792	64
1970	4.188.313	1.784.223	43	2.404.090	57
1980	6.767.249	3.398.897	50	3.368.352	50
1991	10.257.266	5.931.567	58	4.325.699	42
2000	12.893.561	9.002.962	70	3.890.599	30
2010	15.864.454	11.664.509	74	4.199.945	26

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010)

Como é possível observar na Tabela 2 acima, a população urbana se igualou à rural ainda na década de 1970. É o que aponta o censo de 1980, superando a população rural nas décadas seguintes.

É interessante notar que, segundo Sathle et al (2009), os municípios já nasciam urbanizados, e os outros existentes cresciam ao ritmo dos novos investimentos com o intuito de conceder subsídios urbanísticos aos projetos que se implantavam na região amazônica.

As cidades na Amazônia costumam responder ao que acontece em seus arredores. Nas áreas de mineração, desflorestamento e mesmo nas áreas tomadas pela agricultura mecanizada, a lógica urbana e industrial esteve sempre pre-

sente. Dessa maneira, assim como em outras partes do País, em vastas regiões da Amazônia Legal, a urbanização que ultrapassa as barreiras das cidades, favorecida pelo desenvolvimento do meio técnico científico e informacional e pelo apoio da forte presença das relações de produção urbano-industriais, pode ser compreendida com o auxílio do conceito de urbanização extensiva. Esse termo se refere ao avanço do tecido urbano que extrapola os limites das cidades com a geração de outras centralidades urbanas, expressando um amplo processo econômico-espacial (Monte-Mór, apud SATHLER et al. 2009, p. 18)

O ciclo da borracha foi essencial para o desenvolvimento econômico do país e, principalmente, para o da região amazônica. Os investimentos nos padrões urbanísticos proporcionaram uma “onda” de modernização dessas cidades, atraindo um contingente populacional bastante intenso. Além disso, outras cidades de hierarquia inferior, posicionadas no eixo do rio Amazonas, também se beneficiaram da economia gomífera, a exemplo de Santarém, hoje considerada importante entreposto comercial, em razão de sua posição geográfica estratégica, situação que pode tornar-se muito mais favorável se o asfaltamento da rodovia federal BR-163 se concretizar.

É interessante observar que, ainda na segunda metade do século XX, a população que chegava à região amazônica era basicamente composta por pessoas de baixa escolaridade e que saíam de seus lugares de origem em busca de emprego e melhor qualidade de vida, mas essas pessoas acabavam encaminhadas para a realização de trabalho braçal. No entanto, com o fim dos grandes investimentos urbanísticos, impulsionados principalmente pela economia da borracha, os grandes centros precisaram se adaptar às novas frentes econômicas. No caso de Manaus, a criação da Zona Franca atraiu significativos investimentos, enquanto Belém investia na indústria tradicional, no extrativismo, no turismo, no comércio e na prestação de serviços. Atualmente, o perfil de migrantes que chegam à Amazônia passa a ter um caráter de mão de obra urbana, ou seja, hoje, o perfil do indivíduo que chega à região amazônica enfatiza uma nova força de trabalho que exprime uma relação muito mais urbana.

Ainda segundo Sathleret et al. (2009), as recentes transformações na organização e na estruturação das cidades no território amazônico, à primeira vista, permitem inferir que exista uma rede urbana dinâmica, com várias cidades médias e centros locais com forte poder de interação. Isso porque as cidades amazônicas parecem estar organizadas de forma similar à atual conformação dos centros urbanos na região Centro-Sul do País. Entretanto, um olhar mais atento, apoiado em outros argumentos, permite questionar essa interpretação, cabendo destacar aquele que parece ser o argumento mais imediato: as escalas espaciais da região amazônica são bastante distintas.

A fronteira de povoamento na Amazônia brasileira apresenta um aspecto que, do ponto de vista da ocupação, diferencia essa região de outras grandes fronteiras de povoamento. Esse aspecto exerce o papel dominante da urbanização no sistema de povoamento regional, ou seja, a urbanização define o que é, para todos os efeitos, o “modo de produção” do espaço regional. Não se trata, portanto, de um elemento com o mesmo peso de outro qualquer na configuração do espaço regional, preenchendo a simples função de apoio ao povoamento. É a urbanização o elemento organizador do sistema de povoamento, aquele que define sua estrutura, seu conteúdo e sua evolução atual (MACHADO, 1999).

A urbanização do território não só enquadra a Amazônia firmemente neste final de século e a diferencia das outras fronteiras de povoamento do século XX,

como também aponta para a necessidade de distinguir a categoria do “urbano” no passado e no presente de sua história territorial. Tem sido uma fonte constante de confusão e erro o emprego do termo “urbanização” para designar o conjunto de aglomerações surgidas na região na época colonial, ou considerar tais aglomerações como “cidades” (a mais recente tentativa), Araújo (1998), ou ainda pensar a urbanização e as cidades como resultantes de uma evolução linear e cumulativa (da aldeia indígena à metrópole). Não só um modelo desse tipo está distante da realidade, de modo geral, como é mais estranho ainda às realidades históricas amazônicas (MACHADO, 1999, p. 109).

Os municípios que surgiram com a economia da borracha não passavam de pequenos núcleos criados para articular a economia gomífera, sendo estes quase desconstituídos de um padrão urbano. Na verdade, eram pequenas vilas que serviam de nódulos para escoar a produção sem geração de renda para a própria localidade que permanecia com um crescimento lento urbanisticamente, diferente das cidades de Belém e de Manaus, as quais se desenvolveram econômica e urbanisticamente em decorrência da borracha e acabaram tornando-se o centro político da região amazônica.

Atualmente, essa região se configura em centralidades políticas e econômicas com padrões urbanísticos diversos, gerados frente à grande diversidade de atividades desenvolvidas na região amazônica. Esses centros urbanos que acabaram por tornarem-se cidades de marcada referência para as mesorregiões, recebendo o título de cidades médias, não dependem mais exclusivamente das metrópoles amazônicas. Essas cidades com novos padrões urbanísticos são responsáveis por dinamizar a concentração populacional da Amazônia.

Os dados do IBGE (2010) revelam que as taxas de crescimento da população urbana são positivas. Em 2000, o percentual da população que vivia em vilas e cidades era de 68,1%. Em 2010, a taxa de urbanização da Amazônia Legal girava em torno de 73,5%. A distribuição da taxa de urbanização entre os estados assim se apresentava: Maranhão (67,7%), Rondônia (68,8%), Acre (70,1%), Tocantins (73,5%), Pará (76,5%), Mato Grosso (75,9%), Amazonas (78,1%), Roraima (83,2%), Amapá (94,5%). Essa população encontrava-se particularmente concentrada nos grandes centros urbanos regionais: Belém, Manaus, São Luís e Cuiabá; nas demais capitais; Macapá, Rio Branco, Porto Velho, Palmas e em centros regionais como Santarém, Marabá, Rondonópolis e Ji-Paraná.

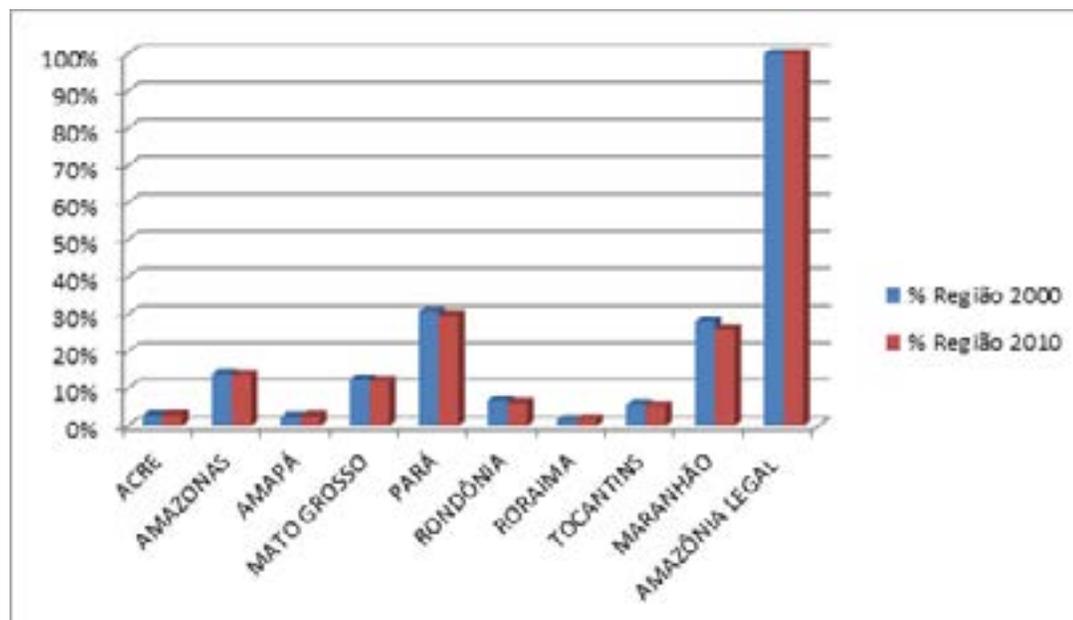
4. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

Para Gonçalves (apud ROCHA, 2005), o processo histórico de povoamento da Amazônia Legal apresenta características geográficas e demográficas expressas em dois grandes padrões de ocupação, distribuição da população e uso do território: o padrão rio-várzea-floresta e o padrão estrada-terra firme-subsolo. Segundo Rocha (2005), as razões dessa diferenciação interna de organização do espaço regional estão no âmbito da economia nacional e da mundial. A dinâmica demográfica da Amazônia, ao longo do processo histórico e, especificamente, até meados da década de 1970, esteve sempre atrelada a esse contexto de estruturação do espaço regional. A dinâmica da economia com os períodos de prosperidade e decadência (prosperidade: de 1890 a 1912/1920, boom da borracha e decadência: de 1920 a 1960, fase de estagnação econômica) condicionou padrões de crescimento, de estrutura e de distribuição da população regional.

A partir desse entendimento, a análise do Gráfico 1, abaixo, possibilita construir a percepção de que os estados integrantes da Amazônia Legal alcançaram um crescimento

demográfico relativo, porém quatro estados sofreram perdas nas suas proporções na população regional, sendo eles: Mato Grosso, que de 12,44% em 2000 passou para 11,91% em 2010; Pará, que de 30,76% em 2000 passou para 29,76% em 2010; Rondônia, que de 6,85% passou para 6,15% em 2010; e Maranhão que de 28,08% em 2000 passou para 25,81% em 2010, um decréscimo de 2,27%.

Gráfico 1: Distribuição Populacional na Amazônia Legal em % Segundo Unidades de Federação: 2000-2010



Fonte: IBGE 2000-2010

De acordo com Rocha (2005), o crescimento demográfico tem obedecido às peculiaridades dos padrões de organização espaço regional. As políticas públicas de integração nacional, como: a abertura de estradas, a implementação de projetos de colonização oficial e privada, a execução de obras de infraestrutura e o desenvolvimento de projetos de exploração de recursos naturais e de transformação industrial têm estimulado a mudança do padrão demográfico.

As migrações junto com altas taxas de fecundidade têm sido responsáveis pela mudança no tamanho, no ritmo de crescimento, na estrutura e na distribuição da população. Em 2000, a população regional girava em torno de 21 milhões de habitantes e, em 2010, verificou-se um aumento para 25 milhões de habitantes.

O crescimento geométrico da população brasileira vem caindo durante as últimas décadas. Até a década de 1940, predominavam altos níveis de fecundidade e mortalidade no país. Com a diminuição desta última componente da dinâmica demográfica, em meados dos anos de 1940, e a manutenção dos altos níveis de fecundidade vigentes à época, o ritmo do crescimento populacional brasileiro evoluiu para quase 3,0% ao ano, na década de 1950. No começo dos anos de 1960, iniciou-se lentamente o declínio dos níveis de fecundidade, acentuando-se na década seguinte. Esse fato fez com que as taxas de crescimento subsequentes também caíssem. Em comparação com o Censo 2000, a população do Brasil cresceu 12,3%, o que resultou um crescimento médio anual de 1,17%.

Essa situação é refletida nas Unidades de Federação, apesar de apresentar uma taxa menor no crescimento geométrico populacional em 2010 comparada ao ano de 2000. Os

estados que compõem a Amazônia Legal compreendem as taxas mais altas comparadas aos demais estados que compõem o território nacional.

Tabela 3: Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População Residente, Segundo as Unidades da Federação: 1950-2010

Brasil e Amazônia Legal	Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População Residente (%)					
	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Brasil	2,99	2,89	2,48	1,93	1,64	1,17
Norte	3,34	3,47	5,02	3,85	2,86	2,09
Rondônia	6,39	4,76	16,03	7,89	2,24	1,25
Acre	3,20	3,13	3,42	3,01	3,29	2,78
Amazonas	3,33	3,03	4,12	3,57	3,31	2,16
Roraima	4,65	3,75	6,83	9,63	4,58	3,34
Pará	3,11	3,55	4,62	3,46	2,54	2,04
Amapá	6,14	5,37	4,36	4,67	5,77	3,45
Tocantins	-	-	-	2,01	2,61	1,80
Maranhão	4,50	1,94	2,93	1,93	1,54	1,52
Mato Grosso	4,29	6,12	6,64	5,38	2,40	1,94

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950-2010.

A Tabela 3, acima, revela a evolução do crescimento geométrico populacional na Amazônia Legal, apesar do decréscimo que é uma tendência nacional. Alguns estados tiveram crescimento anual com taxa superior a 3%, maior que a média nacional. Tal fato é resultado de um intenso dinamismo populacional ocasionado pelo processo de migração.

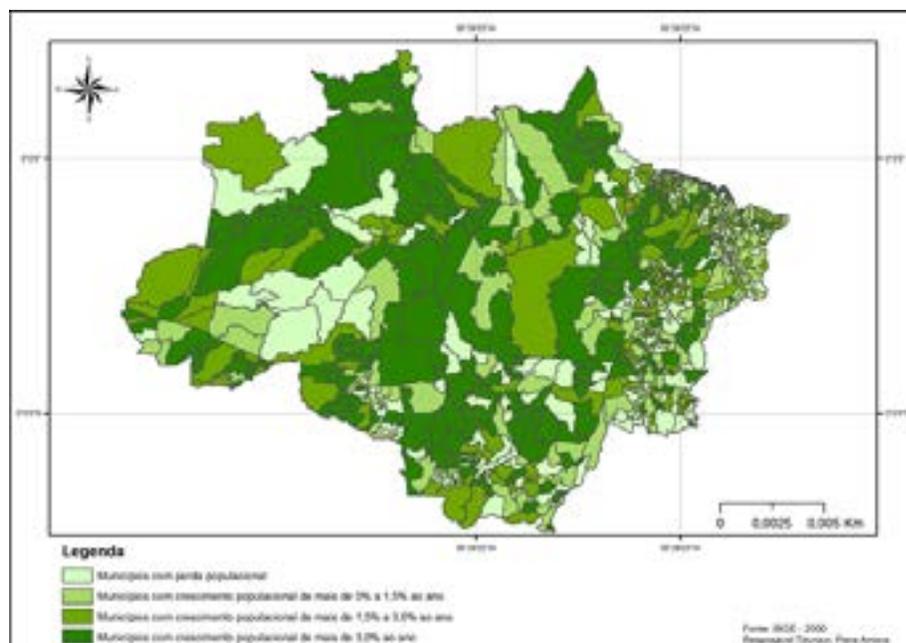
Tabela 4: Municípios da Amazônia Legal, por Unidade Federada e Taxa Geométrica de Crescimento Anual: 1991-2000

UF	Taxa Geométrica de Crescimento Anual(%)				
	Negativa	0,0 a 1,5	1,5 a 3,0	+3,0	Total
Rondônia	12	14	5	21	52
Acre	1	4	6	11	22
Amazonas	11	4	15	32	62
Roraima	1	3	1	10	15
Pará	17	31	40	55	143
Amapá	0	1	1	14	16
Tocantins	37	40	31	31	139
Maranhão	44	64	40	34	182
Mato Grosso	37	25	16	48	126
Total	160	186	155	256	757

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Segundo dados do IBGE, o Censo de 2000 indicou que dos 757 municípios da Amazônia Legal 33,8% apresentaram altas taxas de crescimento e 20,5% apresentaram crescimento moderado. Outros 21,1% tiveram perda populacional e 24,6% mantiveram-se com crescimento estável. Os municípios que apresentaram maior crescimento estavam localizados nos estados do Pará e do Mato Grosso, enquanto os que tiveram perda populacional estavam concentrados no Maranhão, em Tocantins e em Mato Grosso. Essa realidade é possível ser deduzida, conforme se observa, acima, na Tabela 4.

Mapa 1: Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População Residente no Período 1991-2000



*para calcular esses dados foram incluídos todos os municípios do estado do Maranhão devido à inconsistência de dados sobre os municípios que, realmente, compreendem a Amazônia Legal.

O Mapa 1, acima, mostra a distribuição populacional segundo a taxa de crescimento geométrico. Os dados percentuais foram ordenados no referido mapa, de modo que se possa perceber graduação na escala de tom da cor verde: entre a perda populacional (esta indicada pela cor verde mais clara) e o crescimento populacional (este indicado pela cor verde na ascendência de tom: de 0% a 1,5%, de 1,5% a 3,0% e acima de 3%, este último dado é representado, no Mapa 1, pelo tom mais escuro da cor verde).

Tabela 5: Municípios da Amazônia Legal, por Unidade Federada e Taxa Geométrica de Crescimento Anual: 2001-2013

UF	Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%)				Total
	Negativa	0,0 a 1,5	1,5 a 3,0	+3,0	
Rondônia	25	11	6	10	52
Acre	0	2	5	15	22
Amazonas	9	11	19	23	62
Roraima	1	0	3	11	15
Pará	11	42	41	50	144

Amapá	0	1	1	14	16
Tocantins	31	44	47	17	139
Maranhão*	22	92	64	39	217
Mato Grosso**	40	28	29	28	125
Total					

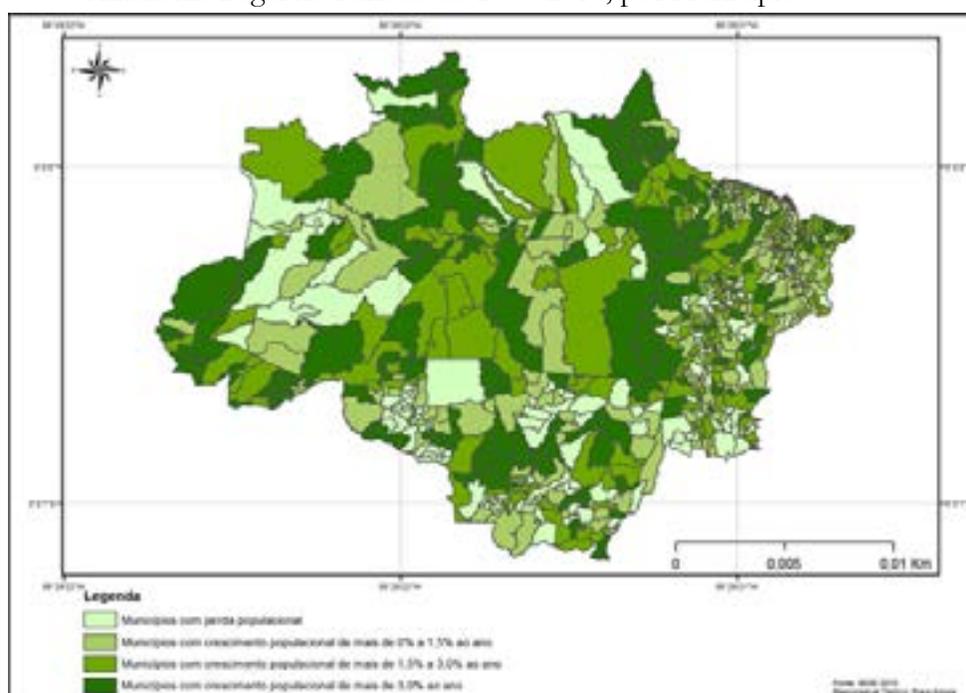
* Para calcular a taxa geométrica de crescimento populacional do estado do Maranhão foram considerados todos os municípios

**Em virtude da criação de dezesseis novos municípios no estado do Mato Grosso entre o período de 2001 a 2013, não foi possível calcular a taxa geométrica de crescimento populacional para esses novos municípios.

Os municípios que apresentaram perda populacional no período de 2001 a 2010 foram 139 (17,6% do total de municípios da Amazônia Legal). Sendo sua maioria os municípios que contavam com população de até 50 mil habitantes. Já os municípios que apresentaram um crescimento baixo, isto é, crescimento populacional indicado por uma faixa de 0% a 1,5% ao ano totalizaram 231 municípios (29,2% do total da Amazônia Legal). Este grupo retrata a mesma característica do anterior: conta com população de até 50 mil habitantes.

Os municípios que cresceram mais de 1,5% a 3,0% (os que expressaram um crescimento demográfico relativo) foram no total 215 municípios (27,1% do total da Amazônia Legal). Ressaltando que, neste conjunto, estão incluídos os municípios designados como capitais da Amazônia. O grupo de municípios que demonstrou um crescimento superior a 3,0% ao ano, (os que denotaram um crescimento demográfico relativamente elevado) totalizaram 207 municípios (26,1% do total), onde o estado do Pará figura com destaque. Essa realidade é possível ser inferida, conforme se observa, acima, na Tabela 5.

Mapa 2: Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População Residente da Amazônia Legal no Período de 2000-2010, por Município



*Para calcular esses dados foram incluídos todos os municípios do estado do Maranhão devido à inconsistência de dados sobre os municípios que, realmente, compreendem a Amazônia Legal.

Assim como o Mapa 1, o Mapa 2 também representa a distribuição populacional segundo a taxa de crescimento geométrico. Os dados foram ordenados no Mapa 2, de modo que seja possível perceber graduação na escala de tom da cor verde: entre a perda populacional (esta indicada pela cor verde mais clara) e o crescimento populacional (este indicado pelo cor verde na ascendência de tom: de 0% a 1,5%, de 1,5% a 3,0% e acima de 3%, este último dado é representado, no Mapa 2, pelo tom mais escuro do verde. Ainda procedendo à análise do referido Mapa 2, é possível notar que, em 2010, houve a diminuição do número de municípios que expressaram crescimento superior a 3,0% ao ano e que a população concentra-se, principalmente, na faixa que vai do oeste paraense ao estado do Amapá.

4.1 Municípios com Perda Populacional

Os municípios identificados com perda populacional, ou seja, os que obtiveram taxa de crescimento geométrico negativa no período compreendido entre os anos de 2000 a 2010, totalizaram 139 municípios. A maioria desse grupo contava, à época, com uma população estimada em até 50 mil pessoas, exceto os municípios de Tefé/AM, com 61.453 pessoas, Monte Alegre/PA, com 55.462 habitantes e Jaru/RO, que contava com cerca de 52.005 moradores.

Os municípios que se destacaram quanto à taxa negativa de crescimento geométrico populacional foram; Brejo de Areia/MA, que registrou taxa de -7,15%; Itaúba/MT, com -6,46%; Nova Ubiratã/MT, que registrou -5,85% e Novo São Joaquim/MT, com -4,76%.

4.2 Municípios com Crescimento de 0% a 1,5% ao ano

O conjunto de municípios que, no período de 2000 a 2010, apresentava um ritmo de crescimento geométrico anual de 0% a 1,5%, correspondia àqueles que expressaram um crescimento baixo. Nesta faixa percentual, havia 231 municípios. A maioria deles era constituída por população de até 50 mil habitantes, segundo o (IBGE-2010). Os municípios que constituem esse grupo são localidades já saturadas em termos populacionais com níveis baixos de fecundidade e, sem condições espaciais e ambientais para alocação de novos contingentes demográficos. Além disso, esses municípios destacam-se, pois muitos foram criados na década de 1990. Comparando-se com o ano de 2000, houve um aumento significativo nos municípios que compõem o referido grupo.

4.3 Municípios com Crescimento de 1,5 % a 3,0% ao Ano

O conjunto de municípios que, no período de 2000 a 2010, apresentava um ritmo de crescimento geométrico anual de 1,5% a 3,0%, correspondia àqueles que expressaram um crescimento geométrico relativamente alto. Nesta faixa percentual, havia 214 municípios. Neste grupo, destacavam-se os municípios de Porto Velho/RO (2,84%), Cuiabá/MT (1,51%) e Manaus/AM (2,85%) por serem capitais.

4.4 Municípios com Crescimento maior que 3% ao Ano

O conjunto de municípios que, no período de 2000 a 2010, apresentava um ritmo de crescimento geométrico anual maior que 3,0%, correspondia àqueles que expressaram um crescimento populacional elevado. Nesta faixa percentual, havia 207 municípios, menor que o Censo de 2000 onde apresentava 654 municípios com taxa elevada, considerando-se um universo de 944 municípios na Amazônia (incluindo-se todos os

municípios do estado do Maranhão) pode-se perceber uma grande diferença no perfil populacional atual da Amazônia Legal, considerando-se a taxa de crescimento geométrico. Nesse grupo, destaca-se o município de Nova Xavantina/MT que registrou um crescimento extremamente elevado (18,95%). Nota-se, todavia, que outros municípios também registraram crescimento muito alto com mais de 7% ao ano, como é possível constatar na Tabela 6, abaixo.

Tabela 6: Municípios Selecionados com Taxa Geométrica de Crescimento Anual Superior a 7,0% a.a., Segundo as Unidades de Federação da Amazônia Legal: 2001 a 2010

UF	Municípios	Taxa
Acre	Santa Rosa do Purus	8,46
Amapá	Pedra Branca do Amapari	11,39
Maranhão*	Fernando Falcão	7,11
	Matões do Norte	7,09
Mato Grosso	Nova Xavantina	18,95
	Sorriso	7,17
Pará	Canaã dos Carajás	10,30
	São Félix do Xingu	11,18
Rondônia	Cujubim	10,20

*Incluindo-se todos os municípios que compõem o estado do Maranhão.

Comparando-se ao Censo de 2010, o Censo de 2000 apontava um número maior de municípios com taxa de crescimento populacional superior a 7%, em 2000. Havia 36 municípios com essa característica. Em 2010, foram identificados apenas 9 municípios com essa taxa de crescimento.

A área de crescimento elevado e acelerado da Amazônia Legal abrange quase a totalidade do estado do Amapá, uma mancha que engloba a área central do Mato Grosso e a porção oriental do Pará.

5. URBANIZAÇÃO, MUNICIPALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL REGIONAL

Segundo Rocha (2005), a urbanização constitui uma marca dos recentes processos de crescimento e de distribuição da população regional. E, conforme estudos realizados pela SUDAM/PNUD (2001), tanto crescimento vegetativo das áreas urbanas já existentes como os fluxos migratórios com destino urbano e a incorporação como quadros urbanos de localidades, que em censos anteriores foram classificados como rurais, constituem os fatores que têm influenciado na mudança do perfil da distribuição da população (rural e urbana).

Em 2010, duas cidades amazônicas continuam a totalizar mais de 1 milhão de habitantes: Manaus (AM) e Belém (PA). Segundo Moura (1996), esses dois aglomerados urbanos atuam como verdadeiras metrópoles regionais, embora em espaços distintos:

Manaus polarizando a porção ocidental e Belém a porção oriental da região. Pode-se perceber que, desde a contagem do Censo 2000, a característica de metrópoles regionais permanece nessas cidades. Desde a criação da Zona Franca de Manaus, a cidade se firmou como polo industrial e, conseqüentemente, atraiu grandes fluxos migratórios, principalmente oriundos do interior do próprio estado do Amazonas.

Ainda de acordo com Rocha (2005), Belém do Pará, por sua vez, apesar de concentrar grande parte da população do estado, por características econômicas históricas, exerceu um papel diferente do de Manaus. Manaus, em trinta anos, ampliou sua participação relativa no total do contingente estadual passando de 32,4% em 1970, para 49,4% em 2000; enquanto que Belém diminuiu sua participação em relação à sua população do estado do Pará de 28,8% para 20,7% no mesmo período. Na época, houve, no estado do Pará, políticas públicas, novos investimentos econômicos, que contribuíram para redistribuir a população estadual. Nos dois estados, porém, predomina a população urbana.

As migrações contaram com grande participação na urbanização regional. Foi a partir da década de 1970, que os fluxos migratórios interregionais elevaram o efetivo populacional regional e redefiniram a distribuição da população. No processo do povoamento e expansão da fronteira agrícola, a Amazônia se constituiu como fronteira Urbana Becker (apud ARAGON, 1992).

A urbanização também se mostrou crescente a partir da ampliação do número de cidades às margens das rodovias: agrovilas, agropólis, ruropólis, company towns foram construídas diretamente com vínculos aos projetos de colonização e de projetos de infraestrutura e técnico-econômicos. Surgiram, igualmente, novos núcleos espontâneos, na medida em que novas atividades se expandiam (ROCHA, 2005).

Tabela 7: **Municípios da Amazônia Legal, Segundo o Período de Instalação, por Unidades da Federação, 1980 a 2012**

UF	Total de Municípios Instalados					
	1980	1991	1993	1997	2001	2012
BRASIL	3.991	4.491	4.974	5.507	5.700	5.706
AMAZÔNIA LEGAL	390	592	651	792	805	944
Acre	12	12	22	22	22	22
Amazonas	44	62	62	62	62	62
Rondônia	7	23	40	52	52	52
Roraima	2	8	8	15	15	15
Pará	83	105	128	143	143	144
Amapá	5	9	15	16	16	16
Tocantins	52	79	123	139	139	139
Maranhão	130	136	136	217	217	217
Mato Grosso	55	95	117	126	139	141

Fonte: IBGE, 2012.

Ao se observar a Tabela 7, acima, constata-se que, de 1991 a 1997, houve um incremento de 213 cidades na região. Pequenos núcleos populacionais que não eram considerados urbanos em 1991 passaram a ser urbanos até 1997 pela criação de novos municípios, ou seja, passaram a ser consideradas cidades em função de se constituírem, a partir de então, sedes municipais. Para Rocha (2005), esse processo foi especialmente intenso em Rondônia que passou de 23 para 52 municípios, no Amapá que passou de 9 para 16, em Roraima que passou de 8 para 15 municípios, no Pará que passou de 105 para 143 municípios e em Tocantins que passou de 79 para 139 municípios.

A Tabela 7 mostra, ainda, que, no período de 2001 a 2012, houve incrementos apenas nos estados do Pará e Mato Grosso, onde no Pará passou de 143 para 144 com a criação do município de Mojuí dos Campos, que se emancipou de Santarém. Já o estado do Mato Grosso passou de 139 para 141 municípios (Tabela 7).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dados do IBGE mostram que cerca de 12% da população nacional está concentrada na Amazônia Legal, o que faz dessa região uma área de baixa densidade demográfica, justamente por sua grande extensão territorial e seu baixo contingente populacional. O processo histórico de povoamento da Amazônia está ligado aos seus padrões de ocupação e ao contexto de estruturação do espaço regional.

Os incentivos do governo, através das políticas públicas de ocupação, promovendo a abertura de estradas, a colonização e a exploração de recursos naturais estimulam esse novo padrão demográfico. As migrações determinaram grande participação na urbanização regional. Foi a partir da década de 1970, que os fluxos migratórios interregionais elevaram o efetivo populacional regional e redefiniram a distribuição da população. No processo de povoamento e de expansão da fronteira agrícola, a Amazônia se constituiu como fronteira Urbana Becker (*apud* ARAGON, 1992).

O Censo de 2010 aponta para mudanças significativas do processo demográfico e migratório da Amazônia Legal com relação a 2000. Durante a verificação dos dados atuais, constatou-se que a Amazônia possui, atualmente, um contingente migratório que corresponde a 18,05% de sua população total muito superior à percentagem apresentada em 2000, que era de 7,62%. Quanto à dinâmica demográfica, constatou-se que o percentual da distribuição por taxa geométrica de crescimento populacional dos municípios da Amazônia Legal que apresentaram perda populacional somam 139 (17,6% do total de municípios da Amazônia Legal). Sendo sua maioria municípios que contavam com população de até 50 mil habitantes. Já os municípios que apresentaram um crescimento baixo, isto é, de 0% a 1,5% ao ano totalizaram 231 municípios (29,2% do total da Amazônia Legal), os municípios que cresceram mais de 1,5% a 3,0%, portanto expressaram um crescimento demográfico relativo, foram no total 215 municípios (27,1% do total da Amazônia Legal) e o grupo de municípios que registraram um crescimento superior a 3,0% ao ano (portanto, um crescimento demográfico relativamente elevado), totalizaram 207 municípios (26,1% do total), onde o estado do Pará figura com destaque.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, L. E..Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população?. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências Demográficas Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2004.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas Populacionais do Brasil, Grandes Regiões, Unidades de Federação e Municípios**. Metodologia. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002. 22 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo - 2010. Nupcialidade, Fecundidade,Migração.<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/cen>

so2010/nupcialidade_fecundidade_migracao/default_nupcialidade_fecundidade_mi-gracao.shtml> Acesso em: 19 nov.2012

MACHADO, L. O. Urbanização e Mercado de trabalho na Amazônia brasileira, **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 109 – 138, 1999.

MOURA, H. Região Norte: tendências recentes do crescimento populacional. In: **Caderno de Estudos Sociais**. V. 12, n. 2, p. 203-236, jul//dez. 1996.

OLIVEIRA, L. A. P. dinâmica populacional e social na região amazônica, **Cad. Est. Soc**, Recife, v. 11, n. 1, p. 41 – 78, jan/jun. 1995.

ROCHA, G. M. **Aspectos recentes do crescimento e distribuição da população da Amazônia brasileira**. In.: ARAGON, Luis E. (org.). Populações da Pan-Amazônia. Belém, NAEA, 2005, p.141-149.

SATHLER, D; MONTE – MÓR. R. L; CARVALHO, I. A. M. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia, **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n.1, jan/abr. 2009.

TRINDADE JR. S.C. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana, **Geografares**, Vitória, v. 1, n.1, p. 117-129, jun. 2000.